



**Mercedes-Benz Financial Services Portugal –
Instituição Financeira de Crédito, S.A.**

Relatório e Contas

2014

ÍNDICE

Relatório de Gestão.....	4
--------------------------	---

Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Resultados.....	8
Demonstração do Rendimento Integral.....	9
Balanço.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
Mapa de Alterações no Capital Próprio.....	12

Notas às Demonstrações Financeiras.....	14
---	----

Anexos

Certificação Legal das Contas	
Relatório e Parecer do Fiscal Único	



RELATÓRIO DE GESTÃO

1. A Empresa – A actividade em 2014

A actividade da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Instituição Financeira de Crédito, SA (MBFSP ou Sociedade) em 2014 registou um aumento do volume de novos contratos de 45% face a 2013.

O Mercado automóvel cresceu cerca de 37% em comparação com 2013, registando um aumento de aproximadamente 47 mil unidades, especialmente no segmento de veículos ligeiros de passageiros. Em termos de performance, o importador das marcas Mercedes-Benz / SMART manteve a sua Quota de Mercado na casa dos 8% acompanhando assim do crescimento do Mercado total, ao passo que a taxa de penetração da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Instituição Financeira de Crédito, SA, em conjunto com a Mercedes-Benz Aluguer de Veículos, apesar de registar um ligeiro aumento (1.59%) mantém-se na ordem dos 50%.

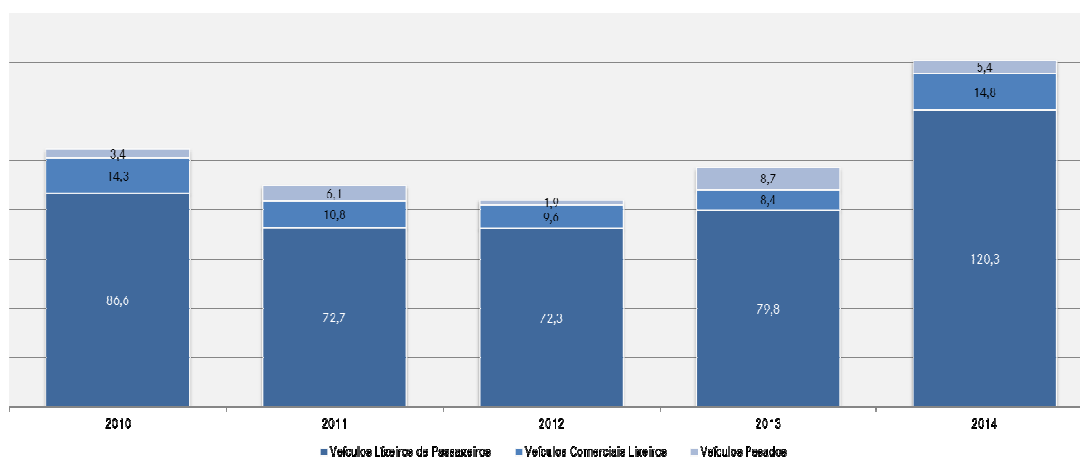
	2013				2014				Δ
	Mercado	Vendas Importador (MB)	Quota Mercado	Taxa de Penetração	Mercado	Vendas Importador (MB)	Quota Mercado	Taxa de Penetração	
Veículos Ligeiros de Passageiros	105.801	8.591	8,12%	48,03%	142.827	11.636	8,15%	51,19%	3,16%
Veículos Comerciais Ligeiros	18.183	913	5,02%	42,04%	27.550	1.255	4,56%	46,20%	4,16%
Veículos Pesados	2.402	444	18,48%	67,83%	3.094	595	19,23%	25,92%	-41,91%
Total	126.386	9.948	7,87%	47,90%	173.471	13.486	7,77%	49,49%	1,59%

Nota: Taxa penetração conjunta com Mercedes-Benz – Aluguer de Veículos, Unipessoal Lda

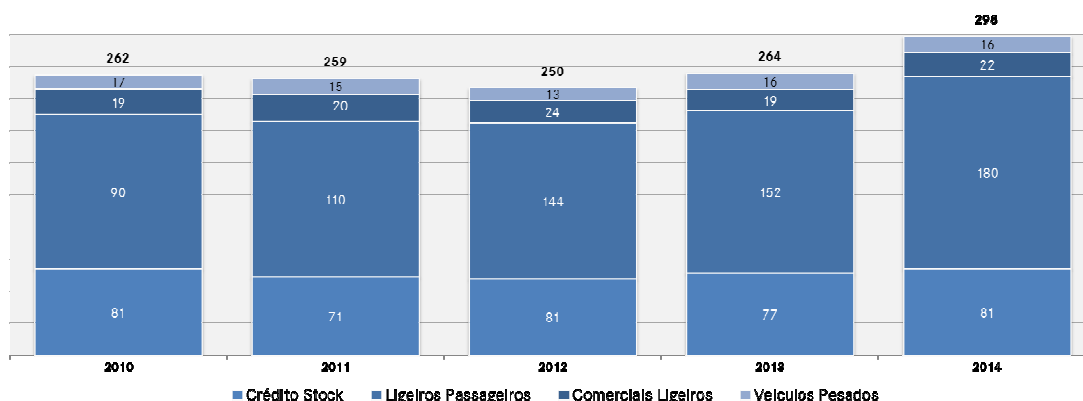
Relativamente à segmentação do volume de novos contratos financiados os veículos ligeiros de passageiros continuam a representar o segmento de maior relevância (86% do volume total). Destaca-se ainda o crescimento do segmento de veículos Comerciais Ligeiros com crescimento de 77% face a 2013..

Montante Financiado – Novos Contratos

Montante Financiados - novos Contractos



O valor bruto da carteira de crédito aumentou 13% face a 2013, impulsionado por todos os segmentos. O crédito de stock apresentou também um crescimento de 5,6%, representando um aumento de aproximadamente 4 M€ face a 2013. O mix da carteira mantém-se em linha com os anos transactos: 30% crédito de stock e 70% contratos de retalho:



A MBFS apresenta um nível de incumprimento dos clientes devedores à mais de 60 dias face ao total da carteira de crédito bruta de aproximadamente 2% (níveis de delinquência apresentados inferiores aos do ano de 2013), o que se revela um rácio bastante positivo face às condições económicas vividas pelos Portugueses durante os últimos anos.

Foi dada continuidade à estratégia de reforço de recursos humanos e optimização de processos nas áreas vitais, nomeadamente aquelas que têm impacto na qualidade do serviço, tal como o atendimento ao cliente e rede de concessionário Mercedes-Benz / Smart e análise de crédito, bem como desenvolvimento / reforço da área comercial. Foi ainda dado enfoque a diversos Projectos, que visam a melhoria do serviço prestado aos clientes bem como o aumento de eficiência operacional da empresa.

2. Perspectivas futuras

A Administração perspectiva um ano de 2015 com os mesmos desafios e dificuldades de mercado no sector automóvel e mercado financeiro, embora se encontre optimista no acréscimo da carteira de contratos da MBFSP, ainda que a níveis moderados.

3. Proposta de aplicação dos resultados

Propomos que o lucro do exercício de € 3.735.036, deduzido do montante de €373.504 destinado à reserva legal, seja levado à conta de resultados transitados.

4. Nota Final

O Conselho de Administração gostaria de expressar os seus agradecimentos ao accionista Mercedes-Benz Portugal, Clientes, Parceiros de Negócio e em especial a todos os colaboradores que de forma empenhada se têm dedicado ao exercício das suas funções, bem como a todos que de forma directa ou indirecta contribuíram para a consecução dos objectivos atingidos.

Abrunheira, 07 de Julho de 2015

A Administração



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Notas	2014 Euros	2013 Euros
Juros e rendimentos similares	3	13.585.957	12.589.301
Juros e encargos similares	3	(5.681.968)	(5.126.505)
Margem financeira		7.903.989	7.462.796
Resultados de serviços e comissões	4	411.406	515.956
Outros resultados de exploração	5	1.602.461	1.649.420
Total de proveitos operacionais		9.917.856	9.628.172
Custos com o pessoal	6	2.407.402	2.093.069
Gastos gerais administrativos	7	4.295.768	3.947.914
Depreciações e Amortizações	8	50.805	60.273
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	9	(215.222)	840.404
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	10	(187.355)	(37.017)
Outras provisões líquidas de reversões	11	79.500	115.934
Resultado antes de imposto		3.486.959	2.607.595
Impostos correntes	12	172.065	(1.024.827)
Impostos diferidos	12	76.012	(66.719)
Resultado líquido do exercício		3.735.036	1.516.049
Resultado por acção			
Básico	13	0,207	0,084
Diluído	13	0,207	0,084

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras”

	2014 Euros	2013 Euros
Resultado líquido	3.735.036	1.516.049
Total do rendimento integral do exercício	3.735.036	1.516.049

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Notas	2014 Euros	2013 Euros
Activo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	7.501.920	3.931.604
Activos disponíveis para venda		649	649
Créditos a clientes	15	288.779.090	255.112.333
Activos não correntes detidos para venda	16	83.700	218.006
Activos tangíveis	17	180.884	201.402
Activos intangíveis	18	2.752	9.298
Activos por impostos diferidos	19	646.801	570.789
Outros activos	20	13.295.338	9.000.605
Total do Activo		310.491.134	269.044.686
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	21	217.549.915	134.579.106
Recursos de clientes e outros empréstimos	22	49.938.933	91.452.168
Provisões	23	3.163.407	3.083.907
Passivos por impostos correntes	24	1.283.380	1.061.518
Outros passivos	25	7.525.956	11.573.480
Total do Passivo		279.461.591	241.750.179
Capital Próprio			
Capital	26	18.001.000	18.001.000
Reservas e resultados transitados	27 e 28	9.293.507	7.777.458
Resultado do exercício		3.735.036	1.516.049
Total do Capital Próprio		31.029.543	27.294.507
Total do Capital Próprio e Passivo		310.491.134	269.044.686

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras”

	Notas	2014 Euros	2013 Euros
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos recebidos		18.286.146	15.612.638
Juros, comissões e outros custos pagos		(8.500.795)	(6.775.473)
Pagamentos a fornecedores e empregados		(10.665.406)	(444.734)
Outros pagamentos e recebimentos		3.262.548	2.376.860
		2.382.493	10.769.291
Varição nos activos e passivos operacionais			
Fundos adiantados a clientes		(35.488.782)	(12.365.636)
Débitos para com instituições de crédito		80.524.674	63.000.000
Débitos para com empresas grupo		(43.000.000)	(58.000.000)
Débitos para com clientes		(55.203)	(116.510)
		1.980.690	(7.482.146)
Impostos sobre os rendimentos pagos		394.567	(1.001.875)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		4.757.749	2.285.270
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Aquisições de imobilizado		(23.740)	(17.642)
Aumentos em outras contas do activo		(2.644.835)	(4.428.274)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(2.668.575)	(4.445.916)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Aumento de capital social		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		-	-
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		2.089.174	(2.160.646)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		788.134	2.948.780
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		2.877.308	788.134
Caixa e seus equivalentes engloba			
Disponibilidades em outras IC	14	7.501.920	3.931.604
Outros recursos		(4.624.612)	(3.143.470)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		2.877.308	788.134

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras”

	Total do capital próprio	Capital	Reserva legal	Resultado exercício	Resultados transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	16.657.461	11.501.000	328.677	1.361.263	3.466.521
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	136.127	(136.127)	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	(1.225.136)	1.225.136
Aumento capital	6.500.000	6.500.000	-	-	-
Resultado líquido do exercício	1.526.943	-	-	1.526.943	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	24.684.404	18.001.000	464.804	1.526.943	4.691.657
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	152.695	(152.695)	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	(1.374.248)	1.374.248
Aumento capital	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	1.094.054	-	-	1.094.054	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	25.778.458	18.001.000	617.499	1.094.054	6.065.905
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	109.405	(109.405)	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	(984.649)	984.649
Aumento capital	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	1.516.049	-	-	1.516.049	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	27.294.507	18.001.000	726.904	1.516.049	7.050.554
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	151.605	(151.605)	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	(1.364.444)	1.364.444
Aumento capital	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	3.735.036	-	-	3.735.036	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	31.029.543	18.001.000	878.509	3.735.036	8.414.998

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras”



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (IFIC ou Sociedade) foi constituída por escritura pública no decurso do mês de Maio de 2004 e iniciou a sua actividade no mês de Julho de 2004.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/02 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/05, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/05, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da IFIC são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e as interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da IFIC agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2014. As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2014 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2013.

As principais normas e interpretações adoptadas no exercício de 2014 são referidas na nota 35. As normas e interpretações tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 07 de Julho de 2015.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que a Sociedade efectue julgamentos e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na nota 2.

1.2 Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pela Sociedade, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando:

- (i) Expiram os direitos contratuais da Sociedade ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ou a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção,
- (ii) Não obstante a Sociedade ter retido parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido das comissões e dos custos externos imputáveis à contratação de operações de crédito, que são periodificados na proporção do registo dos respectivos juros, sendo apresentado em balanço deduzido de provisões para crédito.

Imparidade

A política da Sociedade consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Inicialmente, a Sociedade avalia se existe evidência objectiva de imparidade para os créditos numa base individual. Para a identificação desses créditos e na respectiva avaliação das perdas por imparidade, a Sociedade utiliza a informação que suporta os modelos de risco de crédito.

Para as carteiras de crédito constituídas por conjuntos homogéneos de crédito, o cálculo das perdas por imparidade efectua-se através de análise colectiva.

O modelo de imparidade encontra-se descrito na Nota 33 Gestão de Riscos

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.1 e não obstante o que foi referido anteriormente, a Sociedade aplica nas suas contas as NCA pelo que, de acordo com o definido nos n.ºs 2 e 3 do Aviso n.º 1/05 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pela Sociedade nos exercícios anteriores, como segue:

i) Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pela Sociedade, tomando em consideração a existência de garantias e o período de incumprimento.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999, n.º 8/03 de 8 de Fevereiro de 2003.

ii) Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída com base no disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999 e n.º 8/03 de 8 de Fevereiro de 2003, do Banco de Portugal.

1.3 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes detidos para venda incluem viaturas resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes. Estes activos são mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de tabelas de referência do sector automóvel.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor actual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas por contrapartida de resultados do exercício.

1.4 Locações

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locação operacional

Os pagamentos efectuados pela Sociedade à luz de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locação financeira

i) Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

ii) Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.5 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva a Sociedade procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui ainda as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

1.6 Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva;
- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam; e
- Quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

1.7 Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos que reflectem a vida útil esperada:

	<u>Número de</u> <u>Anos</u>
<i>Equipamento:</i>	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Equipamento de transporte	4
Outros activos tangíveis	4 a 8

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.8 Activos intangíveis

Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.9 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória, realizados junto de bancos centrais.

1.10 Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a formalidade legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido, ou realizar o activo e liquidar o passivo, simultaneamente.

1.11 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

1.12 Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados no capital próprio, facto que implica o seu reconhecimento no capital próprio. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio, decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de juro da data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

1.13 Relato por segmentos

Considerando que a Sociedade não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do IFRS 8, a Sociedade não apresenta informação relativa aos segmentos.

1.14 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, outros empréstimos e passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

1.15 Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.16 Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pela Sociedade e detidas como acções próprias.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

2. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCA estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração efectue o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Sociedade são analisadas nesta nota, com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em algumas situações, as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

A Sociedade efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito, de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.2, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito, de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas, quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

Imparidade dos activos de longo prazo

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações de pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Sociedade.

Imposto sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Sociedade, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3. Margem financeira

A rubrica é composta por:

	2014 Euros	2013 Euros
Locação financeira	10.459.530	9.431.145
Crédito ao consumo	2.113.015	2.065.517
Crédito tomado	1.013.412	1.092.638
Outros juros e rendimentos similares	-	1
Juros e rendimentos similares	13.585.957	12.589.301
Recursos de instituições de crédito no país	(3.697.447)	(2.148.259)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.984.521)	(2.978.246)
Juros e encargos similares	(5.681.968)	(5.126.505)
Margem financeira	7.903.989	7.462.796

Os proveitos e custos resultantes de serviços e comissões, que são registados em resultados na rubrica Juros e rendimentos similares, podem ser analisados como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Proveitos resultantes de comissões cobradas	5.886.726	4.692.971
Custos resultantes de comissões pagas	(1.782.557)	(1.497.412)
	4.104.169	3.195.559

4. Resultados de serviços e comissões

Esta rubrica é composta por:

	2014 Euros	2013 Euros
Outros proveitos de serviços e comissões	667.226	640.841
Rendimentos de serviços e comissões	667.226	640.841
Outros custos com serviços e comissões	(255.820)	(124.885)
Encargos com serviços e comissões	(255.820)	(124.885)
Resultados líquidos de serviços e comissões	411.406	515.956

5. Outros resultados de exploração

A rubrica é composta por:

	2014 Euros	2013 Euros
Reembolso de despesas	2.289.824	1.895.647
Mais-valias em bens de locação financeira	390.053	227.939
Outros proveitos de exploração	792.228	770.206
Outros proveitos de exploração	3.472.105	2.893.792
Impostos	(431.988)	(372.331)
Menos-valias em bens de locação financeira	(514.941)	(483.918)
Donativos e quotizações	(12.683)	(11.486)
Fundo de Resolução	(39.519)	(51.675)
Outros custos de exploração	(870.513)	(324.962)
Outros custos de exploração	(1.869.644)	(1.244.372)
Outros resultados de exploração	1.602.461	1.649.420

As rubricas referentes a Mais e Menos-valias em bens de locação financeira registam ganhos e perdas obtidos na venda e relocação de equipamentos de contratos de locação financeira rescindidos, respectivamente.

A rubrica Outros proveitos de exploração inclui o montante de Euros 495.723 (2013: Euros 550.932), referente a valores facturados à Mercedes-Benz Aluguer Veículos, Lda., por participação nas despesas de funcionamento.

A rubrica Outros proveitos de exploração inclui ainda o montante de Euros 136.982 (2013: Euros 136.137), referente a ganhos obtidos por indemnizações por incumprimento de contratos de locação financeira.

6. Custos com o pessoal

A rubrica é composta por:

	2014 Euros	2013 Euros
Remunerações	2.036.070	1.759.641
Encargos sociais obrigatórios	315.185	289.827
Encargos sociais facultativos	33.535	28.674
Outros encargos	22.612	14.927
Custos com o pessoal	2.407.402	2.093.069

O efectivo médio e trabalhadores ao serviço da Sociedade, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2014	2013
Direcção	5	4
Técnicos	34	31
	39	35

O Conselho de Administração da Sociedade é composto por sete administradores, dos quais dois são administradores com funções executivas e cinco são administradores não executivos. De forma agregada, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração e Fiscal Único durante o exercício de 2014 foram as seguintes:

	Componente Fixa	Componente Variável	Total
Administradores com Funções Executivas	361.719	97.712	459.431
Administradores não executivos	-	-	-
Total Conselho de Administração	361.719	97.712	459.431
Fiscal Único			72.150

De forma desagregada, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração e Fiscal Único durante o exercício de 2014 foram as seguintes:

	Componente Fixa	Componente Variável	Total
Friedrich Weick	196.011	67.570	263.581
Paulo Fernando Santar Ferreira	125.020	30.142	155.162
Michael Kanzleiter	40.688	-	40.688
Thomas Weltrowski	-	-	-
Joerg Heinermann	-	-	-
Carsten Dippelt	-	-	-
Jens Oliver Martin	-	-	-
Maria Dolorosa Jesus Cameira Croca	-	-	-
Richard Heckert	-	-	-
KPMG & Associados, SROC, S.A.			72.150

Para além das funções que são desempenhadas por membros do Conselho de Administração, são as funções de Direcção Comercial e de Direcção Financeira e Controlling, aquelas que podem influir no perfil de risco da instituição.

Na actual estrutura administrativa da Sociedade existe um colaborador que desempenha as funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008.

De forma agregada, as remunerações auferidas por estes colaboradores pagas pela Sociedade durante o exercício de 2014 foram as seguintes:

	Componente Fixa	Componente Variável	Total
Colaboradores com impacto no perfil de risco	133.140	30.093	163.233
Colaboradores com funções de controlo	47.810	9.110	56.920

Durante o exercício de 2014 não foram efectuadas novas contratações de colaboradores com impacto no perfil de risco da instituição e dos colaboradores com funções de controlo nem foram pagos quaisquer montantes em virtude da rescisão antecipada do contrato de trabalho com colaboradores que se integrem em alguma das referidas categorias.

7. Gastos gerais administrativos

A rubrica é composta por:

	2014 Euros	2013 Euros
Água, energia e combustíveis	34.195	33.842
Rendas e alugueres	335.276	344.650
Comunicação e despesas de expedição	147.092	169.061
Deslocações, estadas e representação	79.186	77.591
Publicidade e acções promocionais	649.632	304.564
Conservação e reparação	3.587	12.243
Formação do Pessoal	280	-
Seguros	2.126	-
Serviços especializados	1.268.381	1.618.012
Outros serviços de terceiros	1.776.013	1.387.951
Gastos gerais administrativos	4.295.768	3.947.914

A rubrica Rendas e alugueres, no montante de Euros 335.276. (2013: Euros 344.650), refere-se a rendas incorridas com a Mercedes-Benz Portugal, S.A. pela utilização das instalações da Sociedade e aluguer de viaturas.

A rubrica de Serviços especializados inclui os montantes de Euros 417.217 (2013: 584.776), referentes a custos com informática e de Euros 301.626 (2013: Euros 370.166), referentes a honorários de advogados assim como custos em análises, estudos e pareceres por apoio jurídico prestado para a recuperação de viaturas e crédito vencido.

A rubrica de Outros serviços de Terceiros inclui ainda o montante de Euros 884.936 (2013: Euros 935.789) relativamente a custos incorridos com a Mercedes-Benz Portugal, S.A. por diversos serviços prestados.

Os honorários totais, referentes ao exercício financeiro, da Sociedade de revisores oficiais de contas é apresentada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Revisão legal das contas anuais	16.150	16.000
Outros serviços de auditoria externa	118.354	90.500
	134.504	106.500

8. Depreciações e amortizações

A rubrica é composta por:

	2014 Euros	2013 Euros
Activos tangíveis		
Obras em imóveis arrendados	9.968	9.804
Mobiliário e material	15.091	14.815
Máquinas e ferramentas	-	862
Equipamento informático	12.456	18.705
Instalações interiores	4.341	4.541
Equipamento de segurança	1.112	1.213
Outros activos tangíveis	-	2.265
Activos tangíveis	42.968	52.205
Sistemas de tratamento automático de dados	2.234	1.959
Outros activos intangíveis	5.603	6.109
Activos intangíveis	7.837	8.068
Depreciações e amortizações	50.805	60.273

9. Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações

A rubrica imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações, é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Provisão específica para crédito concedido		
Dotações do exercício	2.263.968	3.020.593
Reversões do exercício	(2.393.432)	(2.072.386)
Recuperações de crédito e juros	(85.758)	(107.803)
Imp. do crédito líquida de rev. e recuperações	(215.222)	840.404

10. Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações

A rubrica imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações, é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Imparidade de activos não correntes detidos para venda		
Dotações do exercício	222.610	161.956
Reversões do exercício	(194.959)	(305.060)
Imp. de activos não correntes detidos para venda	27.651	(143.104)
Imparidade de outros activos		
Dotações do exercício	434.373	989.423
Reversões do exercício	(649.379)	(883.336)
Imp. de outros activos	(215.006)	106.087
Imp. outros activos líquida de rev. e recuperações	(187.355)	(37.017)

11. Outras provisões líquidas de reversões

A rubrica de Outras provisões líquidas de reversões, é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Provisão para riscos gerais de crédito		
Dotações do exercício	699.745	316.749
Reversões do exercício	(155.632)	(198.034)
Provisão para riscos gerais de crédito	544.113	118.715
Outras provisões		
Dotações do exercício	40.282	25.201
Reversões do exercício	(504.895)	(27.982)
Outras provisões	(464.613)	(2.781)
Outras provisões líquidas de reversões	79.500	115.934

12. Impostos

O encargo com impostos sobre lucros no exercício, é analisado como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Impostos correntes:		
Do exercício	(1.283.380)	(1.061.518)
Correcções Imposto exercício anterior	1.455.445	36.691
Impostos correntes	172.065	(1.024.827)
Impostos diferidos:		
Diferenças temporárias		
Rendimentos	325.467	22.524
Encargos	(249.455)	(89.243)
Impostos diferidos	76.012	(66.719)
Impostos sobre lucros no exercício	248.077	(1.091.546)

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondentes Derramas. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 24,5%, de acordo com a Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). Nos termos previstos na Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro, a esse montante acresce Derrama Estadual que incide sobre o quantitativo da parte do lucro tributável que excede 1,5 milhões de Euros a uma taxa de: 3% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 1,5 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros; 5% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 7,5 milhões de Euros e 35 milhões de Euros; e 7% sobre a parte do lucro tributável que excede 35 milhões de Euros.

O cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 29,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional até 5% referente à Derrama Estadual que incide sobre lucros tributáveis acima dos 7,5 milhões de Euros, nos termos previstos na Lei n.º 66-B/2012, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Para o exercício de 2014, o imposto diferido foi apurado com base numa taxa agregada de 22,5%, resultante do somatório das taxas de IRC (21%) aprovada pela Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro, de Derrama Municipal (1,5%) e de Derrama Estadual (3%).

As declarações de autoliquidação do IRC da Sociedade ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração que, no contexto das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2014 Euros		2013 Euros	
	%	Euros	%	Euros
Lucro antes de impostos		3.486.959		2.607.595
Taxa de imposto corrente	24,5%	854.305	26,5%	691.013
Derrama Estrutural	2,7%	94.760	2,4%	62.170
Provisões não dedutíveis	0,6%	19.477	(0,9%)	(22.943)
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	(0,1%)	(3.107)	(0,1%)	(3.044)
Tributação autónoma e outros impactos				
Tributação autónoma	1,4%	47.247	2,0%	52.675
Outros impactos	(36,2%)	(1.260.759)	12,0%	311.675
Impostos sobre lucros no exercício	(7,11%)	(248.077)	41,9%	1.091.547

O montante de impostos diferidos em resultados é atribuível às seguintes rubricas:

	2014 Euros	2013 Euros
Provisões para crédito	76.531	(68.101)
Outras Provisões	(519)	1.382
	76.012	(66.719)

13. Resultado por acção

O resultado por acção é calculado da seguinte forma:

	2014 Euros	2013 Euros
Resultado líquido	3.735.036	1.516.049
Número médio de acções	18.001.000	18.001.000
Resultado por acção básico	0,207	0,084
Resultado por acção diluído	0,207	0,084

O resultado básico por acção é calculado efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas pelo número médio de acções ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de acções compradas pela Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e detidas na carteira como acções próprias.

O resultado por acção diluído é calculado ajustando as acções ordinárias potenciais ao número médio de acções ordinárias, as quais podem resultar de dívida convertível e de opções sobre acções. Os encargos com estes instrumentos são igualmente ajustados ao resultado do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Instituição Financeira de Crédito, S.A. não detinha acções potenciais ordinárias, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

14. Disponibilidades em outras instituições de crédito

A rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Instituições de crédito no país	7.501.920	3.931.604
Instituições de crédito no estrangeiro	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.501.920	3.931.604

A análise da rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito por prazo de maturidade, é a seguinte:

	2014 Euros	2013 Euros
Até 3 meses	7.501.920	3.931.604

A taxa de remuneração das disponibilidades no exercício de 2014 e 2013 foi de 0%, devido à crise financeira mundial e às acentuadas descidas da Euribor.

15. Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Crédito vincendo		
Locação financeira	194.913.969	166.025.780
Crédito ao consumo	12.162.316	12.876.989
Crédito tomado	78.079.435	62.010.131
	285.155.720	240.912.900
Crédito vencido		
Até 3 meses	3.521.877	14.596.616
De 3 meses a 1 ano	526.374	1.339.905
De 1 ano até 3 anos	2.223.682	1.793.050
Mais de 3 anos	2.291.382	1.675.859
	8.563.315	19.405.430
Total crédito vincendo e crédito vencido	293.719.035	260.318.330
Provisão específica para crédito concedido	(4.939.945)	(5.205.997)
Crédito a clientes	288.779.090	255.112.333

A rubrica Locação financeira é constituída por contratos de locação financeira e aluguer de longa duração, essencialmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias e veículos pesados em estado novo.

A rubrica Crédito é constituída por contratos de crédito, principalmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias e veículos pesados em estado usados.

Não existe valor de crédito concedido aos órgãos de administração do grupo, ao abrigo do n.º 4, do Art.º 85 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

A rubrica Crédito tomado é constituída por contratos de financiamento de stocks com os concessionários fornecedores da Sociedade.

A rubrica Crédito vencido refere-se aos valores de capital das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos rescindidos.

A análise das rubricas Crédito vincendo e Crédito vencido, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	2014 Euros	2013 Euros
Até 3 meses	40.344.745	69.434.102
De 3 meses a 1 ano	83.784.553	38.877.037
De 1 ano até 5 anos	149.405.109	125.689.183
Mais de 5 anos	11.621.312	6.912.578
Duração indeterminada (Crédito vencido)	8.563.316	19.405.430
Total crédito vincendo e crédito vencido	293.719.035	260.318.330

A análise da rubrica de Crédito a clientes, de acordo com o tipo de garantia é a seguinte:

	2014 Euros	2013 Euros
Crédito vincendo		
Créditos com garantias reais	271.808.642	98.670.973
Créditos sem garantias	13.347.078	142.241.927
	285.155.720	240.912.900
Crédito vencido		
Créditos com garantias reais	8.306.777	13.313.620
Créditos sem garantias	256.538	6.091.810
	8.563.315	19.405.430
Total crédito vincendo e crédito vencido	293.719.035	260.318.330

A distribuição do crédito vincendo por tipo de taxa é a seguinte:

	2014 Euros	2013 Euros
Taxa fixa	63.787.407	49.397.406
Taxa variável	221.368.313	191.515.494
Total crédito vincendo	285.155.720	240.912.900

A análise da rubrica Créditos a clientes, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	2014 Euros	2013 Euros
Crédito vincendo		
<i>Empresas</i>		
Locação financeira	93.151.741	89.563.977
Crédito ao consumo	6.432.743	7.094.364
Crédito tomado	<u>78.079.435</u>	<u>62.010.131</u>
	177.663.919	158.668.472
<i>Particulares</i>		
Locação financeira	101.762.228	76.461.803
Crédito ao consumo	<u>5.729.573</u>	<u>5.782.625</u>
	107.491.801	82.244.428
Total crédito vincendo	285.155.720	240.912.900
Crédito e juros vencidos		
<i>Empresas</i>		
Locação financeira	4.217.383	4.281.589
Crédito ao consumo	430.243	431.335
Crédito tomado	<u>1.046.404</u>	<u>12.262.274</u>
	5.694.030	16.975.198
<i>Particulares</i>		
Locação financeira	2.540.342	2.104.548
Crédito ao consumo	<u>328.943</u>	<u>325.684</u>
	2.869.285	2.430.232
Total crédito vencido	8.563.315	19.405.429
Provisão específica para crédito concedido	(4.939.945)	(5.205.997)
Crédito a clientes	288.779.090	255.112.332

A reconciliação da rubrica Locação financeira, por prazos residuais é apresentado como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Rendas vincendas e valores residuais		
Até 3 meses	7.819.113	6.597.255
De 3 meses a 1 ano	35.092.544	36.043.521
De 1 ano até 5 anos	129.405.338	105.422.571
Mais de 5 anos	8.355.332	4.947.539
	180.672.327	153.010.886
Juros vincendos		
Até 3 meses	43.882	30.224
De 3 meses a 1 ano	704.616	616.681
De 1 ano até 5 anos	11.207.217	10.750.794
Mais de 5 anos	2.285.927	1.617.195
	14.241.642	13.014.894
	194.913.969	166.025.780

Os movimentos da Provisão específica para crédito concedido são analisados como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	5.205.997	4.561.601
Dotações do exercício	2.263.968	3.020.593
Reversões do exercício	(2.393.432)	(2.072.386)
Utilizações do exercício	(136.588)	(303.811)
Saldo em 31 de Dezembro	4.939.945	5.205.997

Durante o exercício de 2014, a Sociedade procedeu à anulação de créditos que se encontravam totalmente provisionados, pela utilização de provisão específica para crédito concedido no montante de Euros 136.589 (2013: Euros 220.748).

Os juros sobre crédito vencido que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos. A 31 de Dezembro de 2014, a anulação de proveitos é de Euros 182.464 (2013: Euros 185.453).

16. Activos não correntes detidos para venda

A rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Equipamento	409.575	516.230
Perdas por imparidade	(325.875)	(298.224)
Activos não correntes detidos para venda	83.700	218.006

A rubrica Equipamento no montante de Euros 409.575 (2012: Euros 516.230), representa os valores relativos aos bens recuperados por não exercício da opção de compra, ou por resolução de contratos. O valor desta rubrica representa o capital vincendo dos contratos, cujos bens foram recuperados, encontrando-se esses bens em situação de venda ou relocação.

A Imparidade de outros activos refere-se à imparidade para aplicações por recuperação de crédito e corresponde às diferenças positivas entre os montantes registados na rubrica Activos não correntes detidos para venda e o respectivo valor de mercado, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.3.

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	298.224	441.328
Dotações do exercício	222.610	161.956
Reversões do exercício	(194.959)	(305.060)
Saldo em 31 de Dezembro	325.875	298.224

17. Activos tangíveis

A rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Obras em imóveis arrendados	99.682	99.682
Mobiliário e material	142.171	127.799
Máquinas e ferramentas	15.969	15.969
Equipamento informático	194.617	186.305
Instalações interiores	45.458	45.458
Equipamento de segurança	6.383	6.383
Outros activos tangíveis	4.684	4.684
Custo de aquisição	508.964	486.280
Relativas ao exercício corrente	(43.202)	(52.205)
Relativas a exercícios anteriores	(284.878)	(232.673)
Amortizações acumuladas	(328.080)	(284.878)
Activos tangíveis	180.884	201.402

Os movimentos da rubrica Activos tangíveis, durante o ano de 2014, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Obras em imóveis arrendados	99.681	-	-	99.681
Mobiliário e material	127.799	14.371	-	142.170
Máquinas e ferramentas	15.969	-	-	15.969
Equipamento informático	186.304	8.313	-	194.617
Instalações interiores	45.458	-	-	45.458
Equipamento de segurança	6.382	-	-	6.382
Outros activos tangíveis	4.687	-	-	4.687
Custo de aquisição	486.280	22.684	-	508.964
Obras em imóveis arrendados	20.326	9.968	-	30.294
Mobiliário e material	68.953	14.990	-	83.943
Máquinas e ferramentas	15.970	-	-	15.970
Equipamento informático	159.734	12.456	-	172.190
Instalações interiores	10.835	4.341	164	15.340
Equipamento de segurança	4.377	1.213	69	5.659
Outros activos tangíveis	4.683	-	1	4.684
Amortizações acumuladas	284.878	42.968	234	328.080
Activos tangíveis	201.402	(20.284)	(234)	180.884

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2013, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Obras em imóveis arrendados	97.127	2.554	-	99.681
Mobiliário e material	125.430	2.369	-	127.799
Máquinas e ferramentas	15.969	-	-	15.969
Equipamento informático	175.510	10.794	-	186.304
Instalações interiores	45.025	433	-	45.458
Equipamento de segurança	6.382	-	-	6.382
Outros activos tangíveis	3.195	1.492	-	4.687
Custo de aquisição	468.639	17.643	-	486.280
Obras em imóveis arrendados	10.522	9.804	-	20.326
Mobiliário e material	54.138	14.815	-	68.953
Máquinas e ferramentas	15.108	862	-	15.970
Equipamento informático	141.029	18.705	-	159.734
Instalações interiores	6.294	4.541	-	10.835
Equipamento de segurança	3.163	1.214	-	4.377
Outros activos tangíveis	2.419	2.264	-	4.683
Amortizações acumuladas	232.673	52.205	-	284.878
Activos tangíveis	235.966	(34.564)	-	201.402

18. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Sistemas de tratamento automático de dados	491.219	489.569
Despesas de I&D	18.330	18.330
Outros activos intangíveis	53.772	53.772
Custo de aquisição	563.321	561.671
Relativas ao exercício corrente	(8.196)	(8.068)
Relativas a exercícios anteriores	(552.373)	(544.305)
Amortizações acumuladas	(560.569)	(552.373)
Activos intangíveis	2.752	9.298

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o ano de 2014, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Sistemas de tratamento automático de dados	489.569	1.650	-	491.219
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros activos intangíveis	53.772	-	-	53.772
Custo de aquisição	561.671	1.650	-	563.321
Sistemas de tratamento automático de dados	485.873	2.234	360	488.467
Despesas de I&D	12.728	5.602	-	18.330
Outros activos intangíveis	53.772	-	-	53.772
Amortizações acumuladas	552.373	7.836	360	560.569
Activos intangíveis	9.298	(6.186)	(360)	2.752

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o ano de 2013, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Sistemas de tratamento automático de dados	489.569	-	-	489.569
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros activos intangíveis	53.772	-	-	53.772
Custo de aquisição	561.671	-	-	561.671
Sistemas de tratamento automático de dados	483.915	1.958	-	485.873
Despesas de I&D	6.618	6.110	-	12.728
Outros activos intangíveis	53.772	-	-	53.772
Amortizações acumuladas	544.305	8.068	-	552.373
Activos intangíveis	17.366	(8.068)	-	9.298

19. Activos e passivos por impostos diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	Dez 2014		Dez 2013	
	Activos Euros	Passivos Euros	Activos Euros	Passivos Euros
Comissões	-	-	-	-
Provisões	646.801	-	570.789	-
	646.801	-	570.789	-
Impostos diferidos líquidos	646.801		570.789	

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, a Sociedade possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do imposto diferido é analisado como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	570.789	637.508
Reconhecido em resultados	76.012	(66.719)
Saldo em 31 de Dezembro	646.801	570.789

20. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Imposto sobre o valor acrescentado a receber	6.781.354	2.861.269
Outros devedores	4.521.615	5.441.397
Outros proveitos a receber	50.233	177.846
Despesas com custos diferidos	73.205	14.170
Outras contas de regularização	2.166.611	1.018.610
Outros activos	13.593.018	9.513.292
Imparidade de outros activos	(297.680)	(512.687)
Outros activos	13.295.338	9.000.605

A 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Imposto sobre o valor acrescentado a receber no montante de Euros 1.439.630 (2013: Euros 1.218.772), representa o IVA a recuperar relativo à emissão de notas de crédito.

A empresa apresenta um crédito de imposto perante a Administração Fiscal de Euros 5.310.815 (2013: Euros 1.639.543).

A rubrica Outros devedores inclui o montante de Euros 2.831.131 (2013: Euros 3.172.706) referente a débitos a empresas do grupo.

A rubrica Outras contas de regularização inclui o montante de Euros 854.905 (2013: Euros 481.856) referente a valores a receber de participações em contratos realizados no âmbito de campanhas efectuadas em conjunto com a Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A..

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como se segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	512.686	406.600
Dotações do exercício	434.373	989.423
Reversões do exercício	(649.379)	(883.336)
Saldo em 31 de Dezembro	297.680	512.686

21. Recursos de outras instituições de crédito

A rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Instituições de crédito no país	217.549.915	134.579.106

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito, de acordo com o prazo remanescente das operações, é apresentada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Até 3 meses	20.049.915	25.579.106
3 meses até 1 ano	84.000.000	47.000.000
1 ano até 5 anos	113.500.000	62.000.000
	217.549.915	134.579.106

22. Recursos de clientes e outros empréstimos

A rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Empréstimos de Residentes		
Mercedes-Benz Portugal, S.A.	45.314.321	88.309.112
Empréstimos de Não Residentes		
Daimler AG	4.624.612	3.143.056
Outros empréstimos	49.938.933	91.452.168

A análise da rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	2014 Euros	2013 Euros
Até 3 meses	45.938.933	26.452.168
3 meses a 1 ano	4.000.000	38.000.000
1 ano até 5 anos	-	27.000.000
	49.938.933	91.452.168

23. Provisões

A rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Provisão para riscos gerais de crédito	2.838.860	2.294.747
Provisão para outros riscos e encargos	324.547	789.160
Provisões	3.163.407	3.083.907

Os movimentos da rubrica Provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	2.294.747	2.176.032
Dotações do exercício	699.745	316.749
Reversões do exercício	(155.632)	(198.034)
Saldo em 31 de Dezembro	2.838.860	2.294.747

A provisão para riscos gerais de crédito, foi constituída no âmbito dos Avisos n.º 3/95 de 30 de Junho, n.º 2/99 de 15 de Janeiro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.2..

Os movimentos da rubrica Provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	789.160	850.198
Dotações do exercício	40.282	25.201
Reversões do exercício	(504.895)	(27.982)
Utilizações do exercício	-	(58.257)
Saldo em 31 de Dezembro	324.547	789.160

24. Passivos por impostos correntes

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Carga fiscal imputada (dotações)	1.283.380	1.061.518
Carga fiscal paga (do exercício)	-	-
Passivos por impostos correntes	1.283.380	1.061.518

25. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Cauções recebidas	39.434	94.637
Fornecedores de bens para locação financeira	2.603.540	6.826.684
Fornecedores de bens para crédito ao consumo	153.313	367.558
Sector público administrativo	118.350	102.185
Custos a pagar com férias e subsídios de férias	437.190	463.835
Outros custos a pagar	2.446.567	1.767.258
Comissões a pagar a angariadores	665.179	506.933
Outras contas de regularização	1.062.383	1.444.390
Outros passivos	7.525.956	11.573.481

A rubrica Cauções recebidas no montante de Euros 39.434 (2013: Euros 94.637) refere-se a cauções recebidas de clientes de locação financeira.

A rubrica Cauções recebidas tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2014 Euros	2013 Euros
Até 3 meses	12.525	40.578
De 3 meses a 1 ano	2.325	27.150
De 1 ano até 5 anos	24.584	26.909
	39.434	94.637

A rubrica Outros custos a pagar inclui o montante de Euros 238.000 (2013: Euros 270.000) relativo a estimativa de bónus a pagar ao pessoal no exercício seguinte.

A rubrica Outros custos a pagar inclui ainda o montante de Euros 1.708.375 (2013: Euros 1.420.847) relativo a diversos custos administrativos, nomeadamente custos com telemóveis, auditoria e revisão de contas, suporte informático e consultoria.

A rubrica Comissões a pagar a angariadores no montante de Euros 665.179 (2013: Euros 506.933), refere-se a comissões de intermediação a pagar aos angariadores de contratos de locação financeira e de crédito ao consumo.

A rubrica Outras contas de regularização inclui o montante de Euros 5.732 (2013: Euros 214.186) referente a prémios de seguros recebidos de clientes a entregar a mediadores de seguros.

26. Capital

O capital de Euros 18.001.000, representado por 18.001.000 acções de valor nominal de 1 Euro cada uma, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A Empresa procedeu ao aumento de capital no montante de Euros 6.500.000, em 6 de Junho de 2011. Este foi efectuado mediante entrada em espécie no montante de Euros 5.500.000 e conversão de créditos, no montante Euros 1.000.000, decorrentes de contrato de empréstimo subordinado celebrado entre a sociedade e o accionista, em 21 de Agosto de 2007.

27. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social. Esta reserva não está disponível para distribuição, podendo ser utilizada para absorver eventuais prejuízos futuros e para aumentar o capital social.

Em função do resultado líquido da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Instituição Financeira de Crédito, S.A. para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, deverá ser afecto à reserva legal o montante aproximado de Euros 373.504.

28. Reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Reserva legal	878.508	726.904
Outras reservas e resultados transitados	8.414.999	7.050.554
Reservas e resultados transitados	9.293.507	7.777.458

29. Passivos contingentes e compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Garantias e avales prestados	60.645.357	57.640.548
Compromissos assumidos perante terceiros	16.623.203	12.687.586
Compromissos assumidos por terceiros	113.500.000	91.000.000
Outras contas extrapatrimoniais:	306.309.780	259.709.914

As Garantias e avais prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo.

A rubrica Compromissos assumidos perante terceiros no montante de Euros 16.623.203 (2013: Euros 12.687.586), refere-se aos plafonds de crédito concedido a clientes do negócio de crédito tomado. Estes compromissos são revogáveis.

30. Balanços e taxas médias

Os valores contabilísticos médios dos activos e passivos financeiros, bem como as taxas de juro médias efectivas, são apresentadas no seguinte quadro:

	31 Dezembro 2014		
	Balanço Médio Euros	Juros Euros	Taxa %
Activos geradores de juros			
Disponibilidades em O.I.C.	5.716.762	-	0,0%
Crédito a Clientes	271.945.712	13.585.957	5,0%
Total de activos geradores de juros	277.662.474	13.585.957	4,9%
Activos não geradores de juros	12.105.436		
Total do Activo	289.767.910	13.585.957	4,7%
Passivos geradores de juros:			
Recursos em O.I.C.	176.064.510	5.094.818	2,9%
Recursos de Clientes e O.E.	70.695.551	587.150	0,8%
Total de Passivos Geradores de juros	246.760.061	5.681.968	2,3%
Passivos não geradores de juros	13.845.824		
Total do Passivo	260.605.885	5.681.968	2,2%
Capital Próprio	29.162.025		
Total do Passivo e do Capital Próprio	289.767.910	5.681.968	2,0%
Juros e rendimentos equiparados	13.585.957		
Juros e encargos equiparados	(5.681.968)		
Margem Financeira	7.903.989		

Taxa de Margem Financeira (1)

2,8%

(1) - Relação entre a Margem Financeira e o saldo médio do Total de Activos Geradores de Juros

31 Dezembro 2013			
	Balanço Médio Euros	Juros Euros	Taxa %
Activos geradores de juros			
Disponibilidades em O.I.C.	3.565.771	1	0,0%
Crédito a Clientes	249.756.057	12.589.301	5,0%
Total de activos geradores de juros	253.321.828	12.589.302	5,0%
Activos não geradores de juros	7.551.206		
Total do Activo	260.873.034	12.589.302	4,8%
Passivos geradores de juros:			
Recursos em O.I.C.	103.130.048	4.238.702	4,1%
Recursos de Clientes e O.E.	118.828.930	887.804	0,7%
Total de Passivos Geradores de juros	221.958.978	5.126.506	2,3%
Passivos não geradores de juros	12.377.574		
Total do Passivo	234.336.552	5.126.506	2,2%
Capital Próprio	26.536.483		
Total do Passivo e do Capital Próprio	260.873.035	5.126.506	2,0%
Juros e rendimentos equiparados	12.589.301		
Juros e encargos equiparados	(5.126.505)		
Margem Financeira	7.462.796		

Taxa de Margem Financeira (1) **2,9%**

(1) - Relação entre a Margem Financeira e o saldo médio do Total de Activos Geradores de Juros

31. Justo valor

A 31 de Dezembro de 2014, a decomposição dos activos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

31 Dezembro 2014			
	Valor Contabilístico Euros	Justo Valor Euros	Diferença Euros
Activos Financeiros			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.501.920	7.501.920	-
Activos disponíveis para Venda	649	649	-
Crédito a clientes	288.779.090	286.252.574	2.526.516
Passivos Financeiros			
Recursos de outras instituições de crédito	217.549.915	217.549.915	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	49.938.933	49.938.933	-

A 31 de Dezembro de 2013, a decomposição dos activos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

	31 Dezembro 2013		
	Valor Contabilístico Euros	Justo Valor Euros	Diferença Euros
Activos Financeiros			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.931.604	3.931.604	-
Activos disponíveis para Venda	649	649	-
Crédito a clientes	255.112.333	250.009.649	5.102.684
Passivos Financeiros			
Recursos de outras instituições de crédito	134.579.106	134.579.106	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	91.452.168	91.452.168	-

32. Partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro de 2014, o valor das transacções da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Instituição Financeira de Crédito, S.A. com partes relacionadas, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

	31 Dezembro 2014			
	Balanço		Demonstração de resultados	
	Activo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros
Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A.	4.559.296	-	3.670.885	5.311.493
Mercedes-Benz Comercial Lda	-	711.642	153.737	82.646
Mercedes-Benz Aluguer de Veículos Lda	145.754	-	204.453	500.752
	4.705.050	711.642	4.029.075	5.894.891

À data de 31 de Dezembro de 2013, o valor das transacções da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Instituição Financeira de Crédito, S.A. com partes relacionadas, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

	31 Dezembro 2013			
	Balço		Demonstração de resultados	
	Activo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros
Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A.	3.550.517	-	3.954.117	3.572.105
Mercedes-Benz Comercial Lda	51.826	294.074	191.977	33.771
Mercedes-Benz Aluguer de Veículos Lda	212.279	-	169.242	554.755
	3.814.622	294.074	4.315.336	4.160.631

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

33. Gestão de riscos da actividade

A gestão de riscos da actividade é efectuada com base nos riscos gerais inerentes a qualquer instituição, nomeadamente o risco de crédito, risco de mercado, risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio, risco de liquidez, risco de “compliance”, risco operacional, risco dos sistemas de informação, risco de estratégia e risco de reputação.

Apesar da reduzida dimensão da sociedade, para fazer face ao disposto no aviso 5/2009, foi criada uma função de Gestão de Risco e “Compliance” com o objectivo de auxiliar a estratégia da empresa, respeitando princípios e políticas de gestão inerentes à actividade e assegurar o cumprimento de normas aplicáveis ao exercício de cada uma das actividades da empresa. Ainda assim alguns desses riscos são aferidos no dia a dia, pelos responsáveis das várias áreas da sociedade e posteriormente centralizadas para o responsável da área de gestão de Risco e “Compliance”.

Ao contrário de outras instituições financeiras de maior dimensão, que dispersam as suas actividades por várias áreas de negócio dentro do sector financeiro, a Mercedes-Benz Financial Services Portugal, S.A. focaliza a sua actividade no financiamento automóvel, o que reduz substancialmente a complexidade dos seus métodos. Por outro lado, a sociedade pratica uma cultura de transparência da comunicação interna, que flui de forma favorável, atendendo ao já referido número de elementos que a compõem.

Cientes da importância desta temática, toda a actividade é gerida tendo em consideração as directrizes e regras prudenciais impostas pela entidade reguladora do Sector Bancário (Banco de Portugal), bem como procedimentos e recomendações do Grupo Daimler.

Para sustentar as suas deliberações, a Administração recorre, sempre que necessário, ao apoio especializado dos Advogados da empresa, do aconselhamento técnico de Consultores, bem como dos pareceres da ASFAC - Associação de Instituições de Crédito Especializado, da qual é membro. Paralelamente, recorre ainda a entidades externas no intuito de aferir, com a adequada independência, os riscos em que a Sociedade poderá estar a incorrer, nomeadamente o não cumprimento de procedimentos internos, implementados com a finalidade central de mitigar esses mesmos riscos.

De entre essas entidades salientam-se:

- Departamentos especializados do grupo Daimler, nomeadamente nas áreas de concessão de crédito, contabilidade e controlling, informática, através de auditorias não regulares, sempre que a Administração o solicitar.
- Auditores internos do grupo Daimler, através de auditorias não regulares, sempre que a Administração o solicitar.

33.1 Risco de Crédito

A estratégia da empresa é definida pela administração em consonância com a actividade do grupo Daimler em Portugal. Esta estratégia é revista anualmente, durante a elaboração do plano (para três anos) da Sociedade, e enquadra-se nos objectivos corporativos da Mercedes-Benz Financial Services Portugal, S.A. e nos projectos prioritários da respectiva região Europa, incorporando ainda as vendas previstas da Mercedes-Benz em Portugal, a segmentação do risco de crédito e as análises de rentabilidade ponderadas por esse mesmo risco. São também, efectuadas revisões trimestrais do orçamento, onde se procede a ajustamentos e identificação de medidas de correcção que evitem o afastamento aos objectivos gerais inclusos na estratégia da empresa para o ano em curso.

A política de risco de crédito encontra-se bem definida e disponível para todos os colaboradores através dos manuais de procedimentos internos. Toda e qualquer assunção de risco de crédito assumida pela Sociedade, carece de aprovação de pelo menos dois colaboradores ("four eyes principle") e de acordo com as autoridades e limites impostos nesses manuais.

Quanto aos empréstimos a colaboradores (da Sociedade e do grupo), estes têm que ser sempre aprovados pela Direcção, de acordo a princípios claros e equidade.

A criação de novos produtos, ou de novas campanhas baseadas em produtos já existentes, são acompanhados por uma ficha de produto aprovada pelos directores, chefes de departamento e responsáveis de área comercial. Dessas fichas, devem constar entre outros, os objectivos do produto ou campanha, uma breve descrição do funcionamento do produto, as condições financeiras, uma análise da rentabilidade e um plano operacional.

Relativamente à concentração de riscos, a Sociedade toma por procedimento interno o aviso nº06/2008 do Banco de Portugal.

O Departamento de Cobrança dispõe de um sistema de gestão da cobrança ("CollectionsNet"), que possibilita um acompanhamento e controlo permanente da carteira nas suas diferentes fases (cobrança telefónica interna, cobrança externa, pré-contencioso, contencioso, recuperação do equipamento, etc). Permitirá também, no futuro, analisar a performance dos sistemas de rating e scoring desenvolvidos pela Sociedade, que servem como uma referência no processo de tomada de decisão de crédito. Para além deste sistema informático, são produzidas várias análises referentes às actividades de cobrança e níveis de provisões económicas.

A empresa dispõe de sistemas que lhe permitem fornecer uma informação adequada sobre a composição da carteira de crédito, permitem inclusive obter uma informação contrato a contrato, que posteriormente é trabalhada por produto e segmento.

Modelo de Imparidade

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

A identificação de créditos com e sem sinais de imparidade é assegurada pelo modelo de imparidade da MBF e de acordo com as regras definidas pela IAS 39.

De referir que em conformidade com a Carta Circular nº 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

(i) Análise Individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade é determinada através de uma análise da exposição total de crédito (Cliente) caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, a MBF avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Os principais triggers de imparidade utilizados pela MBF são os seguintes:

- Atraso no pagamento;
- Notas de débito devolvidas;
- Falência;
- Contrato ou cliente em estado de Watch List;
- Contrato ou cliente em estado de Problem Credit;
- Falta em alguma obrigação contratual relevante;
- Cancelamento de crédito;
- Revogação de uma linha de crédito;
- Reestruturação de uma linha de crédito;
- Capital próprio negativo ou negativo desenvolvimento do negócio;
- Diminuição do rating em pelo menos duas classes;
- Um dos fiadores entrou em default; e
- Fraude.

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é efectuada para clientes com montantes de exposição considerados como significativos pela MBF de acordo com os seguintes critérios:

- Cliente (empresa) com exposição superior ou igual a 300 mil euros (Corporate); e
- Toda a população de crédito tomado (Corporate Dealer).

As perdas de imparidade são determinadas com base na comparação do valor recuperável descontado à taxa efectiva do contrato e a exposição de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartidade de resultados.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são aplicados uma provisão genérica.

(ii) **Análise Colectiva**

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade individual, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente. As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva tem em consideração duas distintas: contratos que estejam classificados como bad book (com delinquência superior a 30 dias) e contractos classificados como good book (delinquência inferior a 31 dias).

As perdas por imparidade relativas a conjuntos homogêneos de crédito, determinadas em termos colectivos, pretendem reflectir as perdas incorridas, incluindo as perdas incorridas ainda não identificadas (IBNR) e são calculadas considerando os seguintes aspectos:

A carteira de crédito é segmentada por tipo de cliente:

- (i) Privado; e
- (ii) Empresas com exposição inferior a 300 mil euros (SME).

Análise colectiva para contratos classificados como bad book

O cálculo da perda por imparidade tem em consideração o montante de exposição e a respectiva *Loss Frequency* (LF) e *Loss Severity* (LS) de cada contrato.

Loss Frequency (LF): corresponde à probabilidade de ocorrência de uma perda para um determinado contrato
 $LF = \text{Taxa de Migração} \times LF \text{ do estado superior} + \text{Direct Loss Rate}$

Taxa de Migração: corresponde à probabilidade de determinado contrato que se encontra num determinado estado de delinquência transitar para um estado superior.

Direct Loss Rate: corresponde à probabilidade de perda de um contrato que se encontra num determinado estado de delinquência sem transitar para o estado de delinquência superior.

Loss Severity (LS): corresponde à perda potencial estimada com base na série de informação histórica de 36 meses. É apurada uma LS para cada estado de delinquência

Análise colectiva para contratos classificados como good book

O cálculo da perda por imparidade tem em consideração o montante de exposição e a respectiva Taxa de Migração, *Direct Loss Rate on GB* e *Direct Loss Severities* de cada contrato.

Taxa de Migração: corresponde ao número de contractos que transitam do portfólio good book para bad book tendo em consideração um período emergente de 7 meses.

Direct Loss Rate on GB: corresponde à perda registada a dividir pela exposição nos contractos a transitar para bad book

Direct Loss Severities: corresponde à probabilidade de perda de um contracto que não chegue a transitar para bad book

Parâmetros de Risco

Os parâmetros de risco por segmento (bad book) resultantes do cálculo de imparidade com referência a 31 de Dezembro 2014 são apresentados

Segmento	Dias Atraso	Taxa Migração	Direct Loss	Loss Frequency	Loss Severity
Privado	[31-60]	41%	0%	11%	45%
Privado	[61-90]	57%	0%	28%	24%
Privado	[91-120]	70%	0%	48%	43%
Privado	[121-150]	79%	0%	69%	49%
Privado	[151-180]	87%	0%	87%	50%
Privado	[181-210]	94%	0%	100%	60%
Privado	[211-240]	90%	0%	100%	55%
Privado	[241-270]	94%	0%	100%	50%
Privado	[271-300]	94%	0%	100%	53%
Privado	[301-330]	95%	0%	100%	48%
Privado	[331-360]	92%	2%	100%	53%
Privado	[361-390]	97%	0%	100%	38%
Privado	[391-420]	98%	0%	100%	51%
Privado	[421-450]	96%	0%	100%	47%
Privado	[451-480]	98%	0%	100%	41%
Privado	[481-510]	96%	0%	100%	38%
Privado	[511-540]	98%	0%	100%	41%
Privado	[541-570]	95%	1%	100%	42%
Privado	[571-600]	100%	0%	100%	47%
Privado	[601-630]	97%	0%	100%	38%
Privado	[631-660]	97%	1%	100%	29%
Privado	[661-690]	97%	0%	100%	35%
Privado	[691-720]	100%	1%	100%	32%
Privado	>720	53%	15%	100%	86%

Segmento	Dias Atraso	Taxa Migração	Direct Loss	Loss Frequency	Loss Severity
Empresa	[31-60]	50%	0%	24%	42%
Empresa	[61-90]	69%	0%	47%	40%
Empresa	[91-120]	81%	0%	67%	46%
Empresa	[121-150]	88%	1%	82%	45%
Empresa	[151-180]	91%	2%	93%	43%
Empresa	[181-210]	92%	1%	100%	40%
Empresa	[211-240]	96%	1%	100%	38%
Empresa	[241-270]	95%	0%	100%	43%
Empresa	[271-300]	95%	1%	100%	36%
Empresa	[301-330]	97%	0%	100%	48%
Empresa	[331-360]	99%	1%	100%	48%
Empresa	[361-390]	97%	1%	100%	38%
Empresa	[391-420]	96%	0%	100%	52%
Empresa	[421-450]	99%	0%	100%	42%
Empresa	[451-480]	98%	1%	100%	39%
Empresa	[481-510]	99%	0%	100%	59%
Empresa	[511-540]	97%	1%	100%	52%
Empresa	[541-570]	99%	0%	100%	48%
Empresa	[571-600]	100%	0%	100%	56%
Empresa	[601-630]	98%	1%	100%	53%
Empresa	[631-660]	98%	0%	100%	51%
Empresa	[661-690]	99%	1%	100%	53%
Empresa	[691-720]	98%	2%	100%	59%
Empresa	>720	35%	9%	100%	56%

Numa base trimestral são actualizadas as Loss Frequencies e Loss Severities e mensalmente as Taxas de Migração, Direct Loss Rates e Direct Loss Severities. Adicionalmente, todos os pressupostos assumidos para o cálculo de imparidade (análise colectiva) são revistos em conjunto com o Departamento de Risk Management da casa mãe.

Não obstante da informação evidenciada na nota 15, a informação evidenciada vem ao encontro das divulgações quantitativas exigidas no âmbito do nº4 do Anexo 1 da Carta Circular nº02/2014/DSP do Banco de Portugal, tendo em consideração o modelo de imparidade acima descrito.

As exposições de crédito por segmento e a imparidade apurada são apresentadas como se segue:

Segmento	Exposição 31.12.2014						Imparidade 31.12.2014		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate Dealer	85.238.558	85.238.558	865.079	1.894.160	0	0	852.386	852.386	0
Corporate	25.158.812	23.595.154	420.499	155.225	1.563.659	425.700	1.427.557	468.273	959.284
Construção e CRE	11.215.537	10.048.912	739.171	306.523	1.166.625	79.460	950.946	171.183	779.764
SME	62.943.162	60.595.454	4.144.005	873.046	2.347.708	125.079	2.422.879	754.343	1.668.536
Private	112.647.235	110.675.925	7.298.684	1.730.414	1.971.310	59.706	1.812.694	408.434	1.404.261
Total	297.203.305	290.154.003	13.467.438	4.959.369	7.049.301	689.946	7.466.463	2.654.618	4.811.845

Segmento	Da Exposição Total 31.12.2014									
	Exposição Total 31.12.2014	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Imparidade Total 31.12.2014	Crédito em cumprimento		
		Dias de atraso < 30	30-90	Sub-total	<= 90	> 90 dias		Dias de atraso < 30	entre 30 - 90	> 90 dias
Corporate Dealer	85.238.558	62.108.372	23.130.187	85.238.558	0	0	852.386	621.084	231.302	0
Corporate	25.158.812	22.801.601	742.550	23.595.154	187.004	1.376.654	1.427.557	323.899	144.434	959.284
Construção e CRE	11.215.537	9.807.754	241.158	10.048.912	256.187	910.438	950.946	150.037	21.146	779.764
SME	62.943.162	59.378.230	1.217.224	60.595.454	326.900	2.020.808	2.422.879	641.931	112.412	1.668.536
Private	112.647.235	109.528.639	1.147.286	110.675.925	267.252	1.704.058	1.812.694	374.548	33.885	1.385.176
Total	297.203.305	263.674.595	26.479.408	290.154.003	1.037.363	6.011.939	7.466.463	2.111.438	543.179	4.715.080

Segmento	Exposição 31.12.2013						Imparidade 31.12.2013		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate Dealer	76.724.109	76.724.109	0	2.448.425	0	0	742.757	742.757	0
Corporate	24.476.665	22.617.895	327.479	362.361	1.858.770	352.851	1.759.334	643.982	1.115.352
Construção e CRE	14.266.997	13.254.689	995.253	1.048.810	1.012.308	34.423	632.536	217.930	414.606
SME	62.358.432	60.296.565	1.802.744	1.842.802	2.061.866	210.606	1.655.752	822.310	833.442
Private	84.267.063	82.357.539	2.516.998	2.687.258	1.909.524	161.354	2.000.641	808.785	1.191.857
Total	262.093.164	255.290.796	5.642.675	8.389.655	6.842.368	759.234	6.791.019	2.325.764	3.555.256

Segmento	Da Exposição Total 31.12.2013							Da Exposição Total 31.12.2013						
	Exposição Total 31.12.2013	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Imparidade Total 31.12.2013	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento		Imparidade Total 31.12.2013	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30	Dias de atraso 30-90	Sub-total	< 30	> 90 dias			Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30-90			Dias de atraso < 30	Dias de atraso > 90 dias
Corporate Dealer	76.724.109	63.627.796	13.096.312	76.724.109			742.757	611.794	130.963	0	0			
Corporate	24.476.665	17.086.840	5.531.055	22.617.895		1.858.770	1.759.334	262.021	381.961	0	1.115.352			
Construção e CRE	14.266.897	11.171.566	2.083.123	13.254.689	10.655	1.001.553	632.535	135.262	82.668	543	414.061			
SME	62.358.432	49.189.172	11.107.393	60.296.565	174.252	1.887.615	1.655.752	538.133	284.178	8.885	824.557			
Private	84.267.063	69.731.461	12.626.078	82.357.539	112.517	1.797.107	2.000.641	538.061	270.724	8.940	1.182.917			
Total	262.093.164	210.806.836	44.443.960	255.250.796	297.424	6.544.944	6.791.019	2.085.270	1.150.492	18.368	3.536.888			

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção com referência a 31 de Dezembro de 2014 é apresentado como se segue:

Ano de produção	Corporate Dealer				Corporate				Construção e CRE				SME				Private				Total			
	Número de operações	Montante	Imparidade contabilizada		Número de operações	Montante	Imparidade contabilizada		Número de operações	Montante	Imparidade contabilizada		Número de operações	Montante	Imparidade contabilizada		Número de operações	Montante	Imparidade contabilizada		Número de operações	Montante	Imparidade contabilizada	
2004 e anteriores					5	147.658	148.658		9	112.435	112.435		27	166.819	166.265		16	76.160	70.308		57	503.272	497.866	
2005					15	15.886	159						9	48.525	48.477		7	49.430	49.430		31	114.041	98.264	
2006					1	16.510	16.710		2	18.227	18.227		4	22.533	22.033		4	17.128	17.115		11	73.698	74.085	
2007					11	242.775	201.663		6	60.309	59.841		10	81.331	81.331		11	118.722	118.571		38	503.036	461.406	
2008					30	524.272	232.731		22	300.074	144.997		53	574.330	493.489		48	421.586	356.330		153	1.820.262	1.222.748	
2009					44	962.801	88.082		24	225.262	72.038		104	626.583	229.274		118	514.875	166.978		290	2.309.001	536.372	
2010					32	578.439	33.919		60	416.400	173.226		241	1.707.787	202.570		332	1.922.751	350.032		648	4.664.367	760.157	
2011	3	40.981	410		105	1.902.464	418.561		120	1.726.748	144.966		457	6.440.239	324.922		619	4.440.395	178.919		1.331	16.526.657	1.067.389	
2012					67	1.267.249	92.724		74	1.083.731	109.783		536	8.803.067	339.465		799	10.534.559	117.088		1.476	21.688.626	659.060	
2013	3	900.251	9.003		176	6.180.791	62.785		160	2.888.516	63.222		883	15.533.745	266.461		1.556	21.575.602	176.526		2.778	47.078.906	576.207	
2014	4.409	84.297.207	842.973		498	13.328.927	131.564		217	4.385.756	51.991		1.270	28.930.203	246.192		3.603	70.958.827	231.187		9.997	201.900.040	1.505.968	
Total	6.415	85.538.558	852.386		106	25.158.812	1.427.557		694	11.215.537	950.946		3.226	40.943.162	2.422.879		7.115	112.647.235	1.812.694		16.830	297.203.300	7.464.463	

O detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e colectivamente por segmento são apresentados como se segue:

31.12.2014	Corporate Dealer				Corporate				Construção e CRE				SME				Private				Total			
	Exposição	Imparidade			Exposição	Imparidade			Exposição	Imparidade			Exposição	Imparidade			Exposição	Imparidade			Exposição	Imparidade		
Avaliação																								
Individual	85.238.558	852.386			25.158.812	1.427.557			1.430.434	52.396			42.943.162	2.422.879			112.647.235	1.812.694			111.847.804	2.332.339		
Colectiva									9.765.104	898.550											185.355.501	5.134.128		
Total	85.238.558	852.386			25.158.812	1.427.557			11.215.537	950.946			42.943.162	2.422.879			112.647.235	1.812.694			297.203.300	7.464.463		

31.12.2013	Corporate Dealer				Corporate				Construção e CRE				SME				Private				Total			
	Exposição	Imparidade			Exposição	Imparidade			Exposição	Imparidade			Exposição	Imparidade			Exposição	Imparidade			Exposição	Imparidade		
Avaliação																								
Individual	76.724.109	742.757			24.476.665	1.759.334			2.363.373	23.634			62.358.432	1.655.752			84.267.063	2.000.641			103.564.166	2.525.725		
Colectiva									11.903.524	608.901											158.529.018	4.365.295		
Total	76.724.109	742.757			24.476.665	1.759.334			14.266.897	632.535			62.358.432	1.655.752			84.267.063	2.000.641			262.093.164	6.791.019		

O detalhe dos movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado é apresentado como se segue:

	31.12.2013	31.12.2014
Saldo inicial da carteira reestruturados (bruto de imparidade)	7.973.358	9.148.889
Créditos reestruturados no período	2.448.425	1.579.587
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-1.272.894	-5.079.161
Outros	0	0
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	9.148.889	5.649.315

O detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito do segmento Corporate Dealer é apresentado como se segue:

31.12.2014		Imóveis	
Justo Valor		Número	Euros
< 0,5 M€	2		790.000
>= 0,5 M€ e < 1 M€	2		1.110.000
Total	4		1.900.000

31.12.2013		Imóveis	
Justo Valor		Número	Euros
< 0,5 M€	1		350.000
>= 0,5 M€ e < 1 M€	3		1.717.000
Total	4		2.067.000

A distribuição da carteira de crédito por graus de risco é apresentada como se segue:

31.12.2014					
Segmento	GR Baixo	GR Médio	GR Elevado	Not listed	Total
Corporate Dealer	9.479.317	69.230.224	6.529.017		85.238.558
Corporate	1.725.123	21.904.600	1.529.089		25.158.812
Construção e CRE	3.564.471	3.962.562	3.360.347	328.157	11.215.537
SME	29.224.474	13.659.154	17.884.646	2.174.887	62.943.162
Privado	22.734.617	73.911.461	15.228.655	772.502	112.647.235
Total	66.728.002	182.668.000	44.531.755	3.275.547	297.203.305

31.12.2013					
Segmento	GR Baixo	GR Médio	GR Elevado	Not listed	Total
Corporate Dealer	7.379.117	63.044.674	6.300.318		76.724.109
Corporate	117.937	22.545.591	1.686.471	126.666	24.476.665
Construção e CRE	3.065.421	5.163.893	5.546.185	491.398	14.266.897
SME	23.859.269	11.006.813	24.954.763	2.537.586	62.358.432
Privado	17.542.967	41.986.967	24.196.461	540.668	84.267.063
Total	51.964.710	143.747.939	62.684.197	3.696.318	262.093.164

Política de colaterais

As garantias bancárias, em que a MBFS é beneficiária, são prestadas por Instituições registadas sujeitas à supervisão do Banco de Portugal. Deste modo encontra-se mitigado qualquer risco associado a falta de liquidez ou incumprimento dessa obrigação.

Política de Write-off

A remoção de um activo de balanço (write-off) só pode acontecer quando é confirmado pela empresa que o crédito ou lease é legalmente ou economicamente impossível de receber, neste caso a MBF só procede a write-off quando tem no seu poder as Declarações do Tribunal assegurando a incapacidade do cliente.

33.2 Risco de Concentração

São aplicados os limites de acordo com o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho 26 de Junho de 2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento, para todos os clientes considerados como grande risco de acordo com o artigo 392º - Definição de grande risco.

De acordo com o descrito no último relatório de testes de esforço, com referência a 31 de Dezembro de 2014, apenas um cliente representa mais que 2,85% do total da carteira de crédito, após garantias bancárias. Neste sentido concluímos ter um baixo risco de concentração.

Todavia se conjugarmos o crédito concedido a um concessionário com os créditos a clientes finais angariados pelo mesmo (canal fornecedor), importa medir o impacto global da perda de negócio originado por esse concessionário.

O maior concessionário da rede em termos de volume anual financiado a cliente final representa 15,3%; no entanto, face à actual taxa de penetração existiria espaço para substituir esse concessionário por aumento de financiamentos noutros concessionários.

Considerando os moldes de funcionamento do negócio de crédito de stock, no qual existe uma reserva de propriedade contratualmente estabelecida como forma de garantia adicional, e considerando como remota a impossibilidade de garantia por parte dos bancos, optamos por não considerar este risco na análise efectuada.

33.3 Risco de Mercado e de liquidez

O grupo Daimler possui, em Berlim, um departamento especializado na avaliação dos riscos de taxa de juro e de liquidez; composto por elementos especializados, que analisam de forma exaustiva todas as vicissitudes dos mercados onde o grupo opera, esse departamento (“Asset/Liability Management” ou “ALM”) recomenda a estratégia para todas as empresas do grupo, tendo em atenção a realidade mundial e a especificidade dos mercados locais. O ALM colabora ainda na concepção do plano anual, definindo limites aos riscos de taxa de juro e de liquidez.

Mensalmente, a organização remete ao ALM informação detalhada da sua carteira de crédito e do financiamento existente. Em troca, recebe um relatório onde consta, entre outras, informações sobre a liquidez da carteira de crédito, assim como análises ao impacto na margem financeira bruta, caso ocorram variações base nas taxas de juro de mercado. A empresa segue as recomendações recebidas em termos de cobertura de riscos de taxa de juro e liquidez, sempre em concordância com as condições actuais do mercado português.

O ALM efectua ainda simulações a cenários (“stress testing”) de todos os tipos de alterações bruscas de mercado que possam envolver risco de taxa de juro e risco de liquidez para as empresas, que constam de relatórios distribuídos regularmente nos diferentes comités especializados do grupo e para discussão com os responsáveis financeiros das empresas, caso a alteração justifique uma acção por parte das empresas.

Importa referir que todos os relatórios elaborados pelo ALM podem a qualquer hora ser solicitados pelos mercados. Caso estes últimos desejem outro tipo de relatórios ou análises específicas poderão também requisita-las ao mesmo departamento.

À data de balanço, a Empresa detinha Euros 7.501.920 em disponibilidades em outras instituições de crédito (2013: Euros 3.931.604).

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros que são liquidados pelo seu valor líquido agrupados por maturidades residuais relevantes. Os activos e passivos que podem ser reembolsados a qualquer momento são sempre alocados ao período temporal mais curto.

31 de Dezembro 2014						
	Valor do Balanço	Não Sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Activos Financeiros						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.501.920		7.501.920	-	-	-
Crédito a clientes	288.779.090		84.900.822	109.706.593	91.520.333	2.651.342
Passivos Financeiros						
Recursos de outras instituições de crédito	217.549.915		20.049.915	84.000.000	113.500.000	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	49.938.933		45.938.933	4.000.000	-	-

31 de Dezembro 2013						
	Valor do Balanço	Não Sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Activos Financeiros						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.931.604		3.931.604	-	-	-
Crédito a clientes	255.112.333		57.260.291	66.780.036	126.844.219	4.227.787
Passivos Financeiros						
Recursos de outras instituições de crédito	134.579.106		25.579.106	47.000.000	62.000.000	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	91.452.168		26.452.168	38.000.000	27.000.000	-

É também importante referir o facto da carteira da empresa ser na generalidade indexada à taxa de juro Euribor e que os limites ou linhas de crédito negociados com outras entidades de crédito se encontram muito acima dos valores utilizados em cada momento, logo o impacto de uma variação da respectiva taxa na nossa carteira será reduzido.

33.4 Risco Cambial

A sociedade efectua, a totalidade das suas transações em euros, pelo que não se encontra exposta ao risco de liquidação de operações cambiais.

33.5 Risco Operacional

A estratégia de gestão de riscos operacionais da sociedade estão expressos num conjunto de documentos internos, enquadrados no “Company Handbook”.

De entre os documentos internos, salientamos os manuais internos de concessão de crédito, produtos financeiros oferecidos, compliance, onde constam todos os procedimentos operativos e riscos a considerar nas referidas áreas.

Para certificação que todos estes procedimentos internos não são desrespeitados, a organização dispõe em cada departamento de controlos que permitem validar o cumprimento dos mesmos. Esses erros são posteriormente formalmente reportados ao responsável da área de Gestão de Risco e “Compliance”, para que se proceda à sua correcção.

A análise das rubricas relacionadas com o negócio é efectuada de forma pontual e não sistemática, estando a ser desenvolvido um procedimento que permita identificar eventuais erros, no máximo, numa base mensal, para posterior regularização dos mesmos.

Para além desse conjunto de documentos, a sociedade investiu recursos na implementação de um sistema de gestão documental adoptado pelo grupo Daimler.. A utilidade desta aplicação vai além da documentação de processos, na medida em que permite a obtenção de uma visão estruturada do funcionamento operativo da Sociedade, bem como uma excelente possibilidade de análise, identificação de falhas e potenciais melhorias.

33.6 Risco de “Compliance”

No decorrer do ano de 2011, foi reforçada a área de actuação da função de compliance implementada em 2009, tendo como principais objectivos: implementar a estratégia, princípios e políticas de gestão inerentes à actividade da empresa, coordenar, agregar e facilitar a função de gestão de risco e assegurar o cumprimento de normas aplicáveis ao exercício de cada uma das actividades da empresa. Foi desenvolvido um manual de procedimentos para esta área, de forma a que todos os colaboradores tenham acesso à informação necessária para executar as suas funções em conformidade com os princípios e políticas do grupo e da legislação.

Capital Regulamentar

O Capital regulamentar da Sociedade é calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, que define níveis mínimos para os rácios prudenciais, calculados como quociente entre os fundos próprios e os activos de risco.

A decomposição dos Fundos próprios, Activos de risco e Rádios de Solvabilidade da Sociedade em 31 de Dezembro de 2014 e 30 de Junho de 2014, apresentam-se como se segue:

CRD/CRR do regulamento (EU) nº 575/2013	2014 Dez Euros	2014 Junho Euros
A - Fundos Próprios		
Capital realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias	18.001.000	18.001.000
Resultados, Reservas Legais, Estatutárias e Resultados não distribuídos	9.293.507	9.288.604
A1 - Fundos Próprios de Base excluindo acções preferenciais (Core TIER I)	27.294.507	27.289.604
Provisões elegíveis para inclusão em TIER II	2.838.859	2.517.574
A2 - Capital Core Tier II	2.838.859	2.517.574
B - Activos de Riscos Equivalentes		
Requisitos de Fundos Próprios	16.945.343	16.945.343
Total de Activos de Risco Equivalentes	16.945.343	16.945.343
C - Rádios Prudenciais		
Rácio Core TIER I	9,66%	9,66%
Total Rácio Capital	10,67%	11,64%

34. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigos e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionaram orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

As alterações não tiveram impacto material nas demonstrações financeiras na Sociedade.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as actividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adopção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Sociedade não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revogou parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduziu um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as actividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre activos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduziu outras alterações como sejam: i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Sociedade não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que revogou a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Sociedade não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Sociedade não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objectivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar:

- a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e;
- b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efectuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objectivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de private equity, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de Novembro.

A Sociedade não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Activos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Activos Não-Financeiros.

O IASB, emitiu em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objectivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos activos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a activos com imparidade.

IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura

O IASB, emitiu em 27 de Junho de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objectivo destas alterações consistiu em flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação ("clearing counterparty") em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação ("novação") que, sem a alteração, deixaria de ser permitida.

A Sociedade não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho.

Esta nova interpretação define taxas ("Levy") como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o evento específico que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve impactos materiais nas demonstrações financeiras da Sociedade.

A Sociedade decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adoptadas pela União Europeia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu esta alteração em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (“vesting”)

A alteração clarifica a definição de condição de aquisição (“vesting”) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais

O objectivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos activos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2015).

IFRS 1 – Conceito de “IFRS efectivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Excepções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal excepção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de joint ventures ou às próprias joint ventures.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – excepção de portefólios

O Parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma excepção para mensurar o justo valor de grupos de activos ou passivos na base líquida. O objectivo desta alteração consiste na clarificação que a excepção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de activo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objectivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um activo, de um grupo de activos ou de uma concentração de uma actividade operacional abrangida pela IFRS 3.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Sociedade

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais

investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os activos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

A Sociedade iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas dada a natureza das actividades da Sociedade, é expectável que esta norma não venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade.

IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adopção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retracts a performance da entidade.

A Sociedade encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 14 – Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adopta pela primeira vez as IFRS e tem actividade com tarifa regulada.

A presente norma não é aplicável à Sociedade.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Equity Method in Separate Financial Statements

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efectiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Como as contas individuais seguem o NCA a presente alteração não é aplicável à Sociedade.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da excepção de consolidação (emitida em 18 de Dezembro);

Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro);

Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“Bearer Plants”) (emitida em 30 de Junho);

Alterações à IAS 16 e IAS 38. Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio);

Alterações à IFRS 11. Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio).

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



ANEXOS



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Mercedes-Benz Financial Services Portugal - Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 310.491.134 euros e um total de capital próprio de 31.029.543 euros, incluindo um resultado líquido de 3.735.036 euros), a Demonstração dos resultados, as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal ("NCA's"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

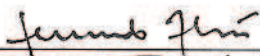
Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Mercedes-Benz Financial Services Portugal - Instituição Financeira de Crédito, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's, conforme definidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 7 de Julho de 2015



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
**Mercedes-Benz Financial Services Portugal
Instituição Financeira de Crédito, S.A.**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **Mercedes-Benz Financial Services Portugal - Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da **Mercedes-Benz Financial Services Portugal - Instituição Financeira de Crédito, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o Balanço, as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas sem reservas, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados; e
- O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.


Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 7 de Julho de 2015

O FISCAL ÚNICO



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)